

O PNE e o impacto da infraestrutura escolar na aprendizagem



» IVAN PEREIRA
Especialista em educação e
CEO da Mind Lab

A sanção do Plano Nacional de Educação (PNE) chega em um momento em que o Brasil precisa, mais do que nunca, enfrentar com coragem e objetividade um dos seus maiores gargalos: a precariedade da infraestrutura escolar. Segundo o Censo Escolar, cerca de 50% das escolas públicas do país não têm saneamento básico, climatização, bibliotecas ou salas de leitura, laboratórios, quadras de esporte e nem acesso à internet para uso dos alunos. Ainda de acordo com o estudo, apenas 2,7% das escolas públicas brasileiras possuem a infraestrutura ideal para uma educação de qualidade em padrões internacionais.

Esses números escancararam um desafio estrutural que, ao longo das décadas, limita as possibilidades de aprendizagem e aprofunda as desigualdades educacionais. O PNE que entra em vigor agora reconhece essa urgência e propõe avanços relevantes ao vincular a melhoria da infraestrutura à qualidade do ensino, introduzindo mecanismos de monitoramento e parcerias mais eficientes.

Uma das inovações mais significativas é a instituição do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar. Essa medida busca financiar não somente a construção e reforma de escolas, mas

também promover um padrão mínimo de qualidade estrutural que assegure condições adequadas de aprendizagem, o que é fundamental para a formação das gerações futuras do país.

O texto do PNE também abre espaço para o debate sobre o uso de alternativas relevantes de parcerias, o que é muito positivo, uma vez que se abrem caminhos de diversificação de modelos de investimento na educação.

Mais do que nunca, acredito que investir em infraestrutura é investir na qualidade da educação e, para isso, será necessário atualizar as métricas de avaliação educacional para que possamos constituir uma relação clara entre o impacto finalístico da infraestrutura escolar de qualidade no acompanhamento da evolução de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Isso significa que a infraestrutura deixa de ser vista como um fim em si, sendo tratada como meio para a melhoria da aprendizagem.

Por isso, é preciso compreender que infraestrutura e aprendizagem não são dimensões separadas. As condições físicas da escola afetam diretamente o comportamento, a motivação e o desempenho dos estudantes. Uma escola com espaços bem iluminados, ventilados, limpos e seguros é também um ambiente mais propício ao desenvolvimento humano, à convivência pacífica e ao engajamento dos alunos com o conhecimento.

Nesse sentido, o PNE também acerta ao incluir a promoção das habilidades socioemocionais como eixo fundamental da aprendizagem. Ambientes acolhedores e relações saudáveis são fundamentais para os estudantes reconstruírem vínculos com a escola após anos de descontinuidade e

desigualdade no ensino.

Portanto, não se trata somente de investir em cal e pedra, mas em escolas vivas, que favoreçam a formação integral. Isso exige políticas de manutenção contínua, investimentos regionais proporcionais às carências locais e o uso inteligente das parcerias privadas, com uma governança pública rigorosa. Quando orientadas por métricas claras e auditáveis, todas as alternativas de investimento na educação podem se tornar aliadas no combate aos déficits estruturais, especialmente em municípios com baixa capacidade técnica ou fiscal.

O desafio agora é garantir que o PNE não se limite a uma carta de intenções, mas se transforme em um instrumento de execução coordenada. A vinculação entre infraestrutura, aprendizagem e indicadores de qualidade representa um passo decisivo nessa direção. Contudo, é imprescindível que seja mantido o foco na efetividade, evitando dispersar recursos em ações que não impactem diretamente o cotidiano escolar.

Em um país de desigualdades profundas, melhorar a infraestrutura escolar é investir em equidade e justiça social. É garantir que cada estudante, independentemente do CEP, possa aprender em um espaço digno, estimulante e conectado às demandas do século 21.

O novo PNE, sendo aliado a políticas de infraestrutura, é um pacto de aceleração da equidade na educação do nosso país. Portanto, tem tudo para ser um marco de reconciliação entre infraestrutura escolar básica e aprendizagem, tornando-se um plano que reconhece que a qualidade da educação começa, literalmente, pelo chão da escola.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Jogatina e ilusão

A rápida expansão das apostas eletrônicas no Brasil produziu, em poucos anos, um fenômeno econômico e social de grandes proporções. O crescimento das chamadas bets, associado à proliferação de plataformas digitais de apostas esportivas e jogos on-line, movimentou cifras bilionárias, alterou hábitos de consumo e levou autoridades financeiras e especialistas em saúde pública e órgãos de segurança a acompanhar com preocupação os impactos desse mercado sobre as famílias brasileiras.

Estimativas divulgadas por instituições financeiras e consultorias econômicas apontam que os brasileiros movimentaram mais de R\$ 100 bilhões anuais em apostas digitais. Parte significativa desse volume saiu diretamente do orçamento doméstico, atingindo principalmente famílias de baixa e média renda. Em muitos casos, despesas antes destinadas ao consumo básico passaram a ser direcionadas para plataformas de jogos, impulsionadas pela facilidade de acesso por telefone celular e pela intensa publicidade do setor.

O crescimento das apostas coincidiu com um período de elevado endividamento das famílias. Dados do Banco Central (BC) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) indicaram aumento da inadimplência e comprometimento crescente da renda mensal com dívidas. Economistas passaram a observar uma relação entre a popularização das apostas on-line e a redução da capacidade financeira de milhões de consumidores.

Além do impacto econômico, especialistas em saúde mental passaram a alertar para o aumento dos casos de ludopatia, transtorno caracterizado pela compulsão em jogos de azar. Clínicas e centros de atendimento psicológico registraram crescimento na procura por tratamento relacionado ao vício em apostas digitais. O problema passou a atingir diferentes faixas etárias, incluindo jovens adultos expostos diariamente à publicidade do setor em transmissões esportivas, redes sociais e campanhas com celebridades.

Sob o argumento de formalizar um mercado já existente, a regulamentação das apostas esportivas abriu espaço para uma rápida expansão empresarial. Grandes grupos internacionais passaram a operar no país, patrocinando clubes de futebol, eventos esportivos e influenciadores digitais. Em poucos meses, as marcas de apostas se tornaram presença constante no cotidiano da população. Paralelamente ao crescimento econômico do setor, órgãos de investigação passaram a monitorar possíveis conexões entre plataformas digitais de apostas e práticas de lavagem de dinheiro.

Relatórios internacionais sobre crimes financeiros já apontavam, há anos, que ambientes virtuais de jogos poderiam ser utilizados para ocultação de recursos ilícitos, movimentação internacional de valores e operações financeiras de difícil rastreamento. Autoridades de segurança pública brasileiras também passaram a acompanhar o avanço do crime organizado em atividades ligadas ao setor de apostas. Investigações conduzidas em diferentes estados identificaram esquemas envolvendo manipulação de resultados esportivos, uso de empresas de fachada e circulação irregular de recursos financeiros. Em alguns casos, operações policiais revelaram conexões entre grupos criminosos e plataformas clandestinas.

Países que legalizaram amplamente jogos de azar registraram crescimento econômico localizado em determinadas regiões, mas também aumento na demanda por serviços de saúde mental e fiscalização financeira. Em alguns casos, governos precisaram endurecer regras de publicidade, limitar acesso de menores e criar sistemas rigorosos de controle de movimentações financeiras. No Brasil, a velocidade da expansão das apostas digitais ocorreu antes da consolidação de mecanismos robustos de fiscalização e proteção ao consumidor. Especialistas em direito digital e regulação financeira apontam dificuldades do Estado em acompanhar a complexidade tecnológica dessas plataformas, muitas delas sediadas fora do país.

Outro ponto de preocupação envolve o impacto cultural da normalização das apostas como forma de renda ou entretenimento cotidiano. Pesquisadores em comportamento social observam que campanhas publicitárias passaram a associar jogos de azar à ideia de ascensão financeira rápida, sucesso pessoal e facilidade de ganho econômico. Essa comunicação atingiu principalmente públicos jovens e populações mais vulneráveis economicamente. Ao mesmo tempo, instituições financeiras começaram a registrar aumento de transações destinadas a plataformas de apostas, inclusive em segmentos de baixa renda.

Endividamento, compulsão, fraudes digitais e investigações sobre movimentações financeiras ilícitas passaram a integrar uma realidade que tende a exigir respostas cada vez mais complexas do Estado e da sociedade.

A frase que foi pronunciada:

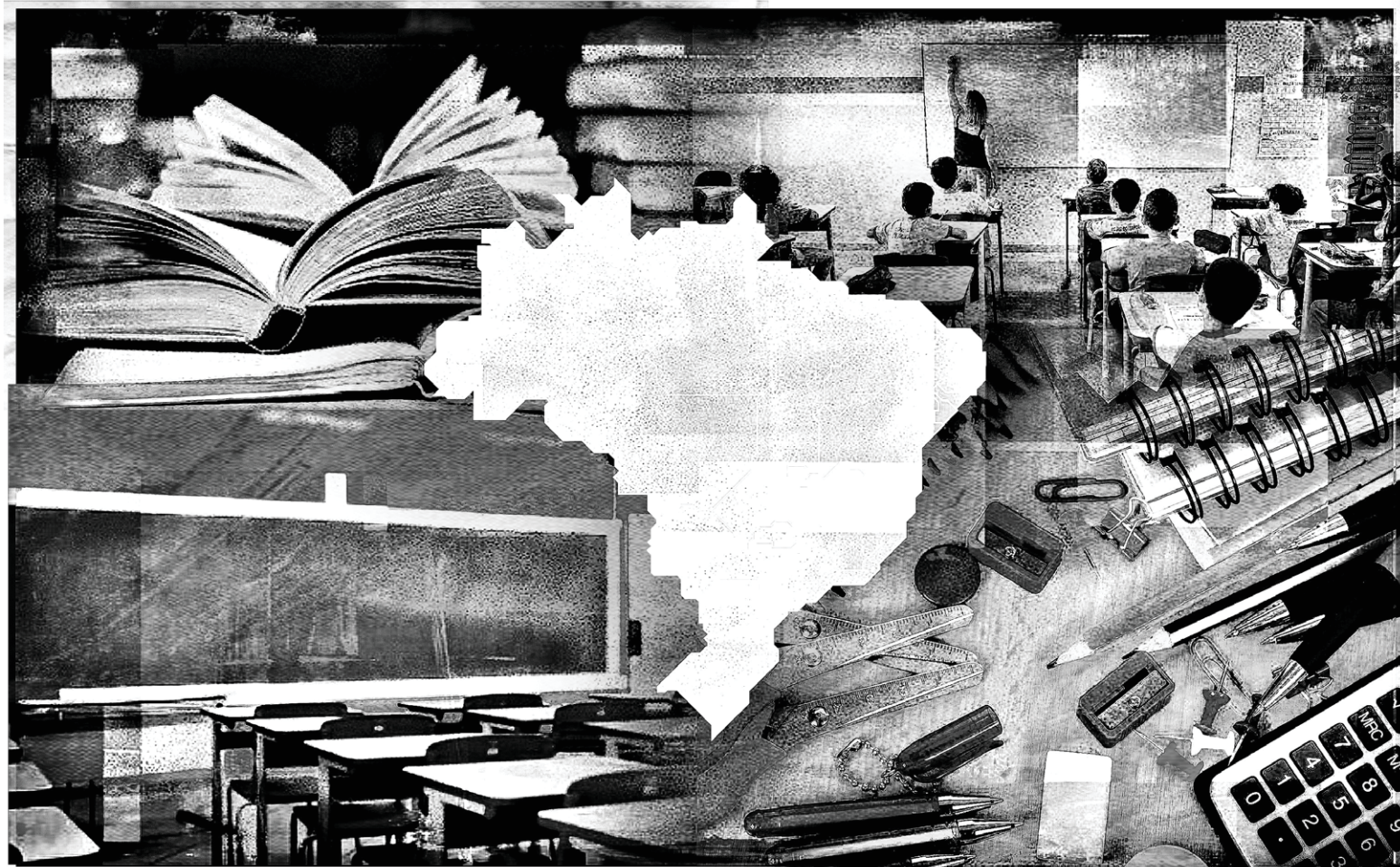
“Há duas ocasiões na vida em que uma pessoa não deve jogar: quando não tiver posses para isso e quando tiver.”

Mark Twain

História de Brasília

As notícias para Brasília são as melhores possíveis. O ministro da Fazenda não fez, no dia anunciado, o esquema de verbas para Brasília porque não veio ao DF na quarta-feira, como estava anunciado. (Publicado em 20/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Tarifa Zero: o fortalecimento da economia e o direito de viver a cidade andam lado a lado



» MAX MACIEL
Pedagogo e deputado distrital
pelo PSol

Durante muito tempo, o debate sobre transporte público foi tratado como uma discussão técnica: tarifa, custo, subsídio, planilha. Mas quem depende do ônibus todos os dias sabe que a questão é muito maior. Transporte não é só deslocamento. É acesso à vida.

O direito de ir e vir está garantido na Constituição. Mas, na prática, ele ainda depende de uma condição básica: ter saldo no cartão. Quando o acesso à cidade depende da capacidade de pagamento, o que temos não é um direito, mas, sim, um serviço condicionado, uma mercadoria.

A tarifa, hoje, funciona como uma barreira invisível que limita oportunidades. Ela impede que milhares de pessoas acessem emprego, educação, saúde, cultura e lazer. E a lógica dessa exclusão é cruel: quem mora mais longe, quem é da periferia, quem ganha menos, paga mais.

No Distrito Federal, essa realidade pesa no orçamento das famílias. O gasto médio com transporte chega a cerca de R\$ 260 por mês, ultrapassando R\$ 3 mil por ano, segundo dados do ObservatórioDF, da Universidade de Brasília (UnB). É um custo obrigatório para trabalhar, estudar e acessar serviços básicos.

É nesse ponto que a Tarifa Zero precisa ser entendida como o que realmente é: uma política de garantia de direitos e de redução de desigualdade, com potencial para ser o maior programa de transferência de renda na História do país desde o Bolsa-Família. Isso também transforma a gratuidade no transporte público em uma poderosa política econômica.

Quando tiramos a tarifa, não eliminamos o dinheiro. Nós mudamos o destino dele. Um levantamento da UnB, no âmbito da pesquisa “Tarifa Zero e suas possibilidades de expansão no Brasil”, demonstra que a gratuidade no transporte pode injetar mais de R\$ 60 bilhões na economia nacional. No Distrito Federal, esse impacto é igualmente relevante: são mais de R\$ 2 bilhões por ano que deixariam de ser gastos com passagem e passariam a circular na economia local.

Esse estudo robusto confirma, na prática, o que a Fecomércio-DF já havia medido: 54,4% das pessoas que utilizam o Vai de Graça destinam o valor economizado à alimentação; 96% dos lojistas perceberam aumento no fluxo de clientes; e mais da metade registrou crescimento nas vendas nos dias de gratuidade.

Os números apenas confirmam algo que é evidente: mais gente circulando significa mais consumo, mais atividade econômica e mais oportunidades. Mas, para quem vive na periferia, o Vai de Graça representa mais do que isso. É a possibilidade concreta de viver Brasília e acessar o melhor que a cidade pode oferecer.

Com a gratuidade, as pessoas passaram a sair mais de casa. A frequência de deslocamentos

aumentou, especialmente entre quem antes ficava restrito. E o principal motivo não foi o consumo, mas, sim, viver a cidade: passear, visitar alguém, ocupar espaços públicos.

Isso revela que o problema nunca foi falta de vontade. Foi falta de acesso. Hoje, no Distrito Federal, a gratuidade está em vigor apenas aos domingos e feriados. Mas os dados já mostram, na prática, que é possível avançar. O aumento da circulação, o impacto positivo no comércio e a melhora na qualidade de vida da população indicam que a política pode ser ampliada.

Não estamos falando de uma aposta. Estamos falando de uma política pública que apresenta resultados concretos.

É justamente para aprofundar esse debate que a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana da Câmara Legislativa do DF realizará, na próxima quinta-feira, dia 21 de maio, o II Seminário de Tarifa Zero no DF. O encontro vai reunir especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil para avaliar os impactos do primeiro ano de implementação da gratuidade e discutir os caminhos para sua expansão.

A Tarifa Zero precisa ser compreendida como parte de um projeto maior. Ela não é apenas uma política de mobilidade. É uma política de transferência de renda, desenvolvimento econômico, de combate às desigualdades e de garantia do direito à cidade. Porque, no fim das contas, a pergunta não é quanto custa garantir o transporte. A pergunta é: quanto custa continuar impedindo que parte da população viva plenamente a cidade?